Prefácio

Autor(es): Cruz, Rita de Cássia Ariza da
Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43430>
DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_1
Accessed : 26-Apr-2023 12:51:18

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

**MARIA TEREZA DUARTE PAES
MARCELO ANTONIO SOTRATTI**
ORGANIZADORES

**I
U**
EMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

PREFÁCIO

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_1

RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ

O debate sobre o que deva ser compreendido como patrimônio e sobre o seu destino perde-se em um espaço-tempo difícil de ser precisado, mas o processo de patrimonialização do patrimônio assim como a conversão deste tema em objeto de interesse da academia sabidamente remontam ao século XVIII e à França, portanto, um espaço-tempo claramente definido.

Para além do território francês, todavia, o contexto histórico que ambienta e sucede o final do século XVIII é aquele sob a regência dos processos de industrialização e de urbanização e, portanto, marcado por profundas transformações espaciais, econômicas, sociais, políticas e culturais, que somente podem ser compreendidas mediante a sua contextualização.

Partindo do pressuposto de que a noção de espaço-tempo remete à totalidade em movimento, torna-se relevante refletir sobre a aparição, em diferentes lugares e de forma não simultânea, dos processos de patrimonialização enquanto institucionalização de medidas protetivas de bens materiais (há mais tempo) e imateriais (mais recentemente), e do desenvolvimento do turismo como atividade econômica organizada. Embora ambos sejam compreendidos, na atualidade, como processos gerais, globais e presentes, portanto, em todos os rincões do planeta, as escalas têmporo-espaciais desse encontro não devem ser ignoradas. Neste sentido, o olhar dirigido às particularidades dos casos constitui rigor de método indispensável. E aqui, ressalte-se, encontra-se uma das características desta obra.

Se o século XVIII institucionaliza o debate patrimonial, o século XIX vê surgir o turismo como atividade econômica organizada e, assim, historicamente falando, estão dadas as condições para o encontro no tempo e no espaço de processos socioculturais que são distintos nas suas gêneses, mas

convergentes no que tange aos interesses de agentes sociais envolvidos com a sua organização. Mas o que sucede a este encontro é uma incógnita que só pode ser revelada por meio da análise cuidadosa, criteriosa e profunda dos casos, dos documentos, dos discursos, enfim, por meio da pesquisa; um caminho árduo, trilhado pelos autores aqui reunidos.

A massificação do turismo, fenômeno reconhecidamente emanado no século XX, é expressão do processo de mundialização que consagra a articulação entre esta atividade e o patrimônio cultural, convertido em objeto de consumo e alocado numa aparente encruzilhada entre valor de uso e valor de troca. Compreendido como recurso, o patrimônio cultural é frequentemente associado a um vocabulário que inclui conceitos como “capital cultural”, “economia cultural”, “produto cultural”, entre outros deveras sugestivos de sua dimensão mercadológica. Por outro lado, sua existência primeira como valor de uso constitui pressuposto que não pode ser negligenciado.

Já o protagonismo acadêmico alcançado, a partir da segunda metade do século XX, pelas temáticas relativas aos patrimônios material e imaterial tem-se revelado pelo crescente número de teses, dissertações e de publicações sobre este assunto. No campo disciplinar da Geografia, é sensível o crescimento do interesse de pesquisadores por temáticas que entrecruzam patrimônio e turismo, embora muito ainda haja por fazer. O apego a fatos, por um lado, e os reducionismos descritivos, por outro, ainda são a ‘marca registrada’ de muitos trabalhos. Neste sentido, reside aqui o que podemos dizer ser a maior contribuição desta obra.

No campo conceitual, o alargamento do sentido de patrimônio cultural - com a incorporação da natureza - demarca um posicionamento teórico-metodológico de autores e organizadores desta coletânea que deve ser pontuado. Longe de ser um consenso, a compreensão da natureza como expressão da cultura constitui, antes de tudo, um posicionamento político.

Ao iluminar os conflitos e as contradições envolvidos com os processos de proteção do patrimônio cultural à luz do mais refinado rigor teórico e metodológico, esta coletânea instiga a reflexão não apenas sobre a relação entre turismo e patrimônio, fio condutor de toda a obra, mas sobre os sentidos e os sujeitos desses processos, com destaque para a sua dimensão espacial. Os papéis hegemônicos do Estado e do mercado, tanto no que diz respeito à proteção do patrimônio quanto ao desenvolvimento do turismo a ele associado, por exemplo, estão colocados em evidência por todos os

autores. Mas, racionalidades contra-hegemônicas, abrigadas na vida comunitária e cotidiana, têm igual centralidade no debate aqui proposto.

Para além dos modismos acadêmicos, cuja existência não pode ser negada, faz-se necessário lembrar que a academia é também uma expressão cultural de seu tempo e, como tal, sensível às inquietações sociais das sociedades envolventes. Assim, a inquestionável relevância social, política e econômica atribuída, nas últimas décadas, à proteção do assim chamado “patrimônio cultural” tem reverberado, de forma inexorável, na produção acadêmica sobre o tema tanto quanto sobre o reconhecimento da íntima relação entre sua existência, a sua proteção e o desenvolvimento do turismo.

Em um momento histórico em que inclusive a produção acadêmica é profundamente afetada por lógicas quantitativas/produtivistas e a reificação de ideias invade o mercado editorial, de revistas científicas conceituadas a editoras consagradas, os textos aqui reunidos são repletos de reflexões e ideias inéditas e inovadoras no melhor sentido do termo, ou seja, como tensionadoras de paradigmas e de verdades acomodadas.

Assim, o patrimônio cultural, na sua dimensão histórica, espacial e na sua relação com o turismo, tal como aqui abordado, torna-se revelador das contradições constitutivas do processo social e histórico de produção do espaço, podendo mesmo ser tratado, ao fim e ao cabo, como uma chave interpretativa dessas contradições na contemporaneidade.